Introdução

Este artigo, aborda a luta de um grupo de jovens negros, empreendida através das páginas do jornal "Getulino" (1923-1926), pelo direito de circular livremente na praça Carlos Gomes, situada no bairro Cambuí, na cidade de Campinas, interior do estado de São Paulo. Tomamos como objeto de análise, matérias veiculadas neste semanário, que tem na denúncia da interdição da livre circulação da população negra neste espaço público, seu objeto discursivo sobre a cidade.

Partimos do pressuposto que, imprensa e cidade moderna capitalista, são duas construções discursivas que correm juntas na construção de posições-sujeito nas estruturas de poder. Gomes (2003, p. 33) destaca que "o jornalismo tem, entre outras, uma origem panfletária que conclama a ação política, que congrega entorno de ideias e mobiliza em direção a lutas", que são travadas primordialmente nos grandes aglomerados humanos, dando visibilidade aos múltiplos discursos sobre a urbe. Ao fazê-lo, "ela, em geral, não reflete sobre os processos de significação sociais, ela os reflete, no sentido de efeito de retorno automático, de espelhar" (ORLANDI, 2004, p. 66).

O efeito de espelhamento, nos permite olhar para a imprensa, não como agente gerador dos discursos, mas sim como um meio em que os discursos, que circulam no meio social, tomam corpo e se amplificam. Por esta perspectiva, teremos que a luta contra a segregação, empreendida através das páginas do jornal Getulino, refletem um discurso mais amplo, gestado no seio da comunidade negra, que que se opunha a discriminação racial sofrida pela população em Campinas.

A imprensa contribui para estabilizar os discursos sobre o urbano, que buscam regular os sentidos para o sujeito "ocupar" a cidade, determinando as "fronteiras invisíveis" que segregam e interditam a circulação destes pelo espaço público. A liberdade de movimentação na urbe não é total, é tributária ao "pedaço de terreno" e "do tempo que precisa permanecer do lado de fora", indicando não somente a existência da interdição dos sujeitos no espaço público, mas também, o grau de exclusão a que ele está submetido.

> O sujeito só se sabe livre em sua movimentação cotidiana ou dela destituído mediante o pedaço de terreno que lhe sobra para caminhar, ou mediante o tempo que tem de permanecer do lado de fora até que se abram os portões que detêm sua caminhada. Aí se encontra a fronteira invisível entre o aberto e o fechado, entre o sentir-se pertencente à cidade ou dela apartado (SOUZA, 2001, p. 72).

Não se pode circular livremente nas cidades, há regras para nela transitar. Foucault (2004, p. 21), nos lembra que a interdição do corpo físico é uma forma de controle e exclusão, pontuando que "em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar, também, é a interdição", que controla, seleciona "quem" pode circular pela urbe. O dentro e o fora, o pertencer e o não pertencer, de poder estar/circular, da aceitação/não aceitação, ou seja, quem será e como será excluído.

A interdição, no que tange o direito de circulação pelo espaço público, pode se dar de diversas formas, uma delas é a via legal, tendo em vista que interditar é "proibição, privação judicial de alguém reger a sua pessoa e os seus bens", é "decretar, vetar, proibir" (CUNHA, 1997), a livre circulação pelo espaço público, proibição esta, que o direito brasileiro não acolhe. Outra forma de interdição é a intimidação, via agentes privados, que buscam restringir a circulação de determinados sujeitos/grupos pelos múltiplos "territórios" existentes dentro de uma cidade, através do emprego da força física ou da desqualificação destes sujeitos/grupos.

Orlandi (2004, p. 35) argumenta que o urbano reflete a verticalização da "organização social", criando "regiões, determinando fronteiras que nem sempre são da ordem do visível concreto mas funcionam no imaginário sensível. Segregação". A cidade não é única, mas fracionada, cindida pelo discurso social. Estabelecendo fronteiras, invisíveis, mas reais, para os múltiplos sujeitos que coabitam o espaço urbano. "O que nos leva à compreensão da construção significativa da cidade enquanto lugar não vazio, mas em que sujeitos vivem, em quantidade e em concentração e divergência (idem, p.14). Estruturando espaços de interação linguística, que por sua vez, diferenciam seus habitantes, propondo posições sujeito estratificadas, hierarquizando-os.

Nas cidades não existem espaços vazios, destituídos do sentimento de posse; mesmo as praças e as ruas, símbolos máximos do espaço público por excelência, têm

'donos'. São lugares controlados, administrados, organizados, pensados para significar ideologicamente. São espaços de interpretação, pelos quais lutas silenciosas e veladas se travam entre os diversos sujeitos que por ali circulam. Impondo formas de convivência, de 'ver e ser visto', de quem pode circular e, a quem não o é permitido. Relações de sentido que são materializadas nos discursos do urbano e no urbano.

Caminhar de uma rua à outra, de uma praça à outra exige conhecimento, não apenas do itinerário, mas sim das fronteiras invisíveis, estabelecidas, por quem ocupa estes lugares. A cidade moderna capitalista, não é mais única, pertencente ao cidadão que nela reside, é fragmentada, loteada estabelecendo relações de estranhamento entre os que por ela transitam. O traçado e os aparelhos urbanos são tanto uma comodidade física como um símbolo dos propósitos e imaginários coletivos que surgem no seio da trama social. O espaço se confunde com a própria ordem social de modo que, sem entender a sociedade, com suas redes de relações e valores, não se pode interpretar como o espaço é/foi concebido/apropriado.

O espaço é demarcado quando alguém estabelece uma fronteira, imaginária ou não, separando um pedaço de chão do outro. Mas nada pode ser tão simples assim, porque é preciso explicar de que modo as separações são feitas e como são legitimadas e aceitas, pela comunidade, a vigência da propriedade privada e suas origens. Tempo e espaço constroem se ao mesmo tempo, são construídos pela sociedade dos homens. O espaço público deixa a mostra a experiência humana, na forma de sinais exequíveis, de símbolos, signos de padrões de conduta e de sistemas de ordem, de discursos.

São lugares controlados, pelos quais lutas silenciosas e veladas se travam entre as diversas populações que por ali circulam, impondo formas de convivência, de 'ver e ser visto', de quem pode circular e a quem não o é permitido. E, é contra esta separação/interdição que os editores do jornal Getulino[1] se insurgem desde seu primeiro número.

[1] O jornal Getulino circulava aos domingos, na cidade de Campinas-SP, e era distribuído via ferrovia, para São Paulo-Capital, Santos-SP, Americana-SP, Ouro Fino-MG e Pouso Alegre-MG, com tiragem de 1.500 exemplares por edição. O primeiro número circulou em Campinas, no dia 26 de junho de 1923, e a última

> Porque essa separação será ordem dos poderes competentes? A nossa Carta Magna de nada disso cogita e as Leis do Município tampouco; ellas não distinguem branco nem preto, somente vê cidadãos brasileiros. (GETULINO, 1923).

A evocação da Constituição brasileira e das Leis municipais para demarcar a inexistência de dispositivos na legislação que determinasse ou validasse a segregação espacial e social com base na cor/etnia, que os editores do *GETULINO*, se colocam contra a divisão espacial existente na Praça Carlos Gomes. Por este editorial vemos que a segregação no Brasil, se dava fortemente na esfera social e não na jurídica.

A livre circulação dos sujeitos pelo espaço público era garantida pelas Leis Federais, ou pelo menos não estabelecia proibições expressas, contudo a interdição/discriminação se dava no dia-a-dia das ruas.

> Quando estamos acompanhadas de nossos maridos, irmãos, ainda passa, mas pilhando-nos sós alguns moços brancos, nos perseguem, dizendo: - *Dicta*, como é seu nome? Que olhares, até parecem os da Zezé Leone[2] - você errou o caminho, Zepha. *Dicta*, 17 que bicho é? (GUEDES, 1924).

Na ausência de leis que legitimem a segregação espacial dos brasileiros negros, uma das estratégias adotadas pelos que desejavam a separação entre brancos e negros era a humilhação e a intimidação. Direcionada, preferencialmente, à parcela mais frágil do processo, mulheres e jovens, pois estes, dificilmente, empregariam a força contra seus agressores. "Quando estamos acompanhadas de nossos maridos, irmãos, ainda passa" (idem), a segregação é seletiva, visando o seu maior efeito.

---

em 01 de fevereiro de 1925, quando os editores do semanário mudam-se para a cidade de São Paulo. Com a mudança o Getulino entra em um período de dormência, até 13 de maio de 1926, quando a dupla formada por Lino Guedes e Gervasio de Moraes tentam sem sucesso reeditar o jornal, ficando neste último número. Teve como produtores: Martinho Andrade, Christino Andrade, Alcino de Moraes (diretores proprietários), Lino Guedes e Gervasio de Moraes (redatores).

[2] Zezé Leone é o nome à locomotiva pertence à classe Pacific, fabricada pela *Alco Americana*, tina como cor predominante o preto, e era destinada ao trabalho pesado. Em virtude das demais referencias pejorativas e ofensivas do relato, tudo indica que o comentário se refere mesmo à locomotiva e não à Miss Brasil de 1922, que era branca.

A delimitação do espaço pelos "moços brancos" fica clara quando dizem "você errou o caminho", para reforçar sua posição, emprega a desqualificação do outro através da retirada se sua humanidade ao comparar as moças negras ao número "17", uma vez que este número corresponde ao grupo do macaco no "Jogo de Bicho". Ao fazer esta comparação, busca retirar-lhes o direito de circular naquele espaço por não serem "iguais" a eles, pois seriam macacos, portanto passíveis de interdição por não serem humanos.

Bourdieu (2006, p. 55), destaca que "a censura mais radical é a ausência", uma vez que ao se limitar a circulação do dominado no espaço público, retira-se deste grupo a possibilidade de troca cultural, impondo a interdição a sua presença na esfera pública. A presença física do outro traz a materialidade de sua existência. Desta forma, ao se limitar as possibilidades de deslocamento do indivíduo segregado pelo espaço social, cria-se também, símbolos de dominação, espaços de exclusão, onde as interações sociais são limitadas. "Por isso, de hoje em diante devem ir ao «Carlos Gomes», ouvir música ou passear, mas lá dentro, porque o «os costumes faz as leis», ou por outra «o uso do cachimbo deixa a boca torta» (GETULINO, 1923), os editores do periódico davam o seu recado. Mas, que espaço era esse onde os negros tinha sua presença controlada/interditada?

A praça Carlos Gomes

O local onde o logradouro está assentado caracteriza-se por ser um fundo de vale, recebendo as águas provenientes da região central e, as do Bairro Cambuí, canalizando-as para o córrego do Tanquinho, que corre, hoje canalizado, sob a avenida Anchieta.

> O Largo do Brejão, que por muito tempo ficou abandonado principalmente devido a situação topográfica muito ruim, pois recebia toda água que descia do centro da cidade e da região do Cambuisal, aliada às nascentes existentes na área resultava num local completamente alagadiço, justificando sua denominação (LIMA, 2012).

Devido a característica do terreno, grande disponibilidade de água, instalou-se um tanque para abastecimento de água aos animais. O espaço, também era utilizado pelas

lavadeiras que estendiam as roupas recém lavadas para secarem na grama alta do local. Em 1848 o local recebeu melhorias, instalou-se uma bica, sendo então rebatizado de Bica Grande e, por contiguidade, o caminho que dava acesso à bica, foi batizado pela Câmara Municipal, de Rua da Bica Grande, atual Irmã Serafina. Em frente a Bica Grande, ergue-se em 1815, "alguns pequenos cômodos de aluguel destinados à venda de gêneros alimentícios, como sal, cereais, toucinho, etc. que duraram até 1861, quando ficou pronto o Mercado". O local ficou conhecido como Beco das Casinhas, atual rua General Osório.

As casinhas de aluguel, perderam sua importância a partir dos anos de 1859, com a entrada em funcionamento, ainda que parcial, do Mercado Grande. O mercado foi entregue oficialmente a população em setembro de 1861, e estava localizado onde hoje existe a escola Carlos Gomes.

> Não demorou muito e o Mercado Grande tornou-se um dos locais mais frequentados da cidade, não apenas por seu vital caráter abastecedor de gêneros alimentícios, mas também por seu movimento. O ir e vir de pessoas, carroças e tropas atraia muita gente, nem sempre em busca apenas de feijão, farinha ou carne seca. Assim, os arredores do mercado transformaram-se em espaço de intensa agitação social (MARTINS, 2013, p. 47).

Em 1872, por ocasião da comemoração do cinquentenário da independência, a Rua da Bica foi rebatizada, recebendo o nome de Rua Sete de Setembro, que por seu turno, estendeu sua nova denominação para o largo que lhe dera o nome inicialmente. Anos depois, foi rebatizada como Praça da Proclamação.

Como os hábitos de higiene, não eram dos melhores no período, o logradouro foi transformado em um grande deposito de lixo.

> Depois de ter sido durante muito tempo transformado pela população em lixão, foi recuperado em 1880 recebendo o nome de Largo Carlos Gomes, exatamente dez anos após a estreia da ópera "O Guarani" no Teatro Scala de Milão. Sendo o ponto de encontro dos viajantes e carroceiros, teve em 1882 inaugurado um chafariz com frente para a rua General Osório e um bebedouro para animais na esquina com as ruas Irmã Serafina e César Bierrembach (LIMA, 2012).

Até os idos de 1900, a praça ainda mantinha sua alcunha de "Largo do Lixo", e era frequentado por lavadeiras. "O largo Carlos Gomes, junto ao mercado, era um

tradicional ponto de reunião das lavadeiras da cidade. Seus dois chafarizes forneciam a água necessária para exercerem seu ofício" (MARTINS, 2013, p. 49). A pressão sobre essas trabalhadoras se intensificou até a sua exclusão por completo deste espaço público. "Mas, não eram apenas as lavadeiras que frequentavam o largo em frente ao Mercado Grande. Enquanto a abolição não chegava, o lugar foi um dos principais pontos de encontro de escravos dentro da cidade" (idem, p. 50), algo precisava ser feito.

Com vinda da abolição e a virada do século, inicia-se o processo de ajardinamento, limpeza e higienização do local. Ao redor da praça, foram plantadas 100 mudas de palmeiras imperiais. Em 1914, a praça foi totalmente nivelada, calçada e ajardinada, recebendo em seu centro, um coreto, que existe até hoje. Com a reurbanização, os antigos

frequentadores, antes tolerados, não são mais aceitos, iniciando-se um longo processo de exclusão desta população do local.

Fig. 01 Vista da Praça Carlos Gomes após a revitalização. Fonte: Getulino, 1923, nº15.

Com a reforma do local, novos personagens passaram a frequentar local, desta vez, não à trabalho, mas para o lazer. A praça Carlos Gomes recebeu diversos eventos, entre eles o Teatro Automático (1885), Circo de Touros (1891), Circo Equestre Alves

(1901), Circo Americano (1906) e o Circo Internacional (1908). O espaço, também, foi cogitado para abrigar o "Teatro Municipal Carlos Gomes", projetado por Ramos de Azevedo, mas que nunca chegou a sair do papel.

Os custos do saneamento e revitalização da cidade não foram pequenos, sendo transferidos para a população na forma de aumento de impostos. A respeito deste surto construtivo e de embelezamento da cidade, J. Augusto Marques, colaborador do *«GETULINO»,* assim se expressa em artigo intitulado "A carestia: o povo sofre", publicado na edição de número 37: "é preciso cuidar do embelezamento da cidade, não esquecendo, porém, as condições physicas e Moraes da sua população que se definha a olhos vistos diante do modo insustentável de vida" (MARQUES, 1924, nº 37).

Neste artigo, Marques questiona os gastos promovidos pela Câmara dos Vereadores da cidade no processo de revitalização do centro e na construção de novos edifícios. Ele argumentando que a elevação dos impostos para custear as construções gerou uma escalada de aumento nos preços dos alugueis, o que acabou por prejudicar o trabalhador pobre da cidade.

A progressiva valorização do espaço como local de lazer, não mais das camadas populares, mas sim, das elites acirrou as disputas pelo direito de ocupar o local. Como a população negra não poderia ser completamente eliminada do local, estabeleceu-se uma fronteira imaginária: os brancos circulariam do lado de dentro do Passeio Público, junto ao correto; a população negra (pretos e pardos), na calçada externa, tendo como fronteira as palmeiras imperiais.

> Porque razão não poderão os pretos de Campinas, rapazes apessoados e de comportamento invejável ou de outras quais quer localidades quando ali se achem a passeio, estacionarem no Jardim Público? Porque os senhores do «poder» lhes tolhem o passo, e dispersam-nos quando em reunião amigável naquellas immediações? (LUPERNAS, 1924, nº 35).

A palmeiras imperiais funcionavam como uma "fronteira" que definia o dentro e o fora, o pertencer ou não pertencer à "sociedade campineira" da época. Estar presente no círculo central da praça, assumia ares de símbolo de cidadania. Combater os discursos que davam sustentação a esta separação motivou os editores do Getulino a escrever: "a

desculpa que os pedregulhos estragam sapatos, não é aceitável porque aqueles enfeites já foram substituídos, por calçamento artístico" (GETULINO, 1923, nº 01). Ao atacarem a "desculpa" que o calçamento da praça estragaria os sapatos, os editores do semanário, buscam combater a auto exclusão do negro como forma e não enfrentamento da exclusão e, por conseguinte, de legitimação do preconceito contra os negros.

A Praça Carlos Gomes transformou-se no ponto de contato da elite branca, herdeira dos costumes dos antigos Barões do Café, moradora no bairro Cambuí, com a massa de trabalhadores, sejam estes descendentes de escravos ou dos imigrantes pobres que passavam a chegar à cidade em grande número. A disputa por este "lugar" de socialização e de encontro torna-se emblemática das tensões raciais no período.

Para o grupo produtor do «*GETULINO*», estar presente neste espaço significava estar visível na cena pública, e exercer o direito de ir e vir, que lhes fora negado durante o período da escravidão.

> Depois da manumissão da escravatura, pensávamos nós pretos poder, como as avesitas garrulas, percorrer a imensidade dos ares, gosar da frescura agradável da campina florescida, ouvir com suave delicia a psalmodia meiga dos plumigeros enfim gosar da mesma igualdade e direito que alei nos lega. (LUPERNAS, 1924, nº 2).

Conforme denunciam os editores do *«GETULINO»*, o direito estava garantido pelas leis do país, entretanto, competia ao cidadão negro, fazer valer seus direitos: "pois a igualdade perante as leis é um dos dogmas dos povos livres" (idem). Estar presente em todos os espaços públicos da cidade, a qualquer momento, traduzia-se naquele contexto, no reconhecimento da cidadania do negro, frente à sociedade campinense.

Frequentar a Praça Carlos Gomes significava mais que estar fisicamente lá; era afirmar a cidadania, a nacionalidade e qualidade do negro; qualidades estas que, como destaca Lupernas, eram bem-vindas quando o Brasil se via em perigo.

> Quando a Pátria se acha ameaçada, ou quando ella se debate em defesa dos seus sagrados direitos, maior é o número de pretos e mulatos «que se apresentam ex totó corde» para defende-la; grande é ainda o número delles que praticando actos de verdadeiro valor e heroísmo que morrem no campo

> da secção bendizendo o nome de sua Pátria, desde grandioso e bello Brasil, por saberem a priori que dolce et decorum est pro pátria mori (Idem).

Contudo, quando cessado o conflito, as velhas posturas de segregação e afastamento se impunham, de forma a apagar a existência do negro na sociedade. A segregação espacial é um dos elementos visíveis do preconceito. Diferentemente da forma oral e dos olhares reprovadores, a interdição física do corpo é do campo do concreto. No momento em que os grupos se posicionam para impedir a circulação do "outro" no espaço público, a segregação se manifesta de forma objetiva.

Apontamentos Finais

A luta dos editores do jornal GETULINO, se dava principalmente em três frentes: a primeira, se dava no sentido de "convencer" a comunidade negra de seu próprio valor enquanto ser humano e cidadão; a segunda, mobilizar para a luta pelos direitos sociais, assumindo a bandeira de que somente a comunidade negra poderia modificar a realidade social se opondo a segregação; terceira, denunciando o racismo e a segregação social do negro na sociedade campineira.

Ao reivindicarem o direito de serem tratados como cidadãos brasileiros, que efetivamente eram, os editores do *GETULINO*, tocavam na ferida aberta da questão do preconceito, e discriminação racial, que tanto o Estado brasileiro, como sociedade civil, se esmeravam em escamotear. O grupo produtor se debatia contra a discriminação social em todas as suas formas de expressão. Defendiam a livre circulação do negro em todos os espaços da urbe, sem restrições ou a criação de guetos voluntários. A estratégia adotada era do confronto controlado, dentro da lei e em grupo, minimizando assim a possibilidade de neutralização da ação pela intimidação do indivíduo isolado.

A Praça Carlos Gomes tornou-se apenas um dos "lugares" onde a disputa pela cidadania se processou na Cidade das Andorinhas, nela se materializou o discurso da segregação do negro na sociedade local. Compreender as modificações do traçado urbano com suas (re)apropriações, disputas e movimentos, nos permite olhar para a sociedade de uma forma mais ampla.

Referências

ANTONIO GERALDO DA CUNHA. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

BASTIDE, R. A imprensa negra do estado de São Paulo. In: _____ **Estudos Afro-brasileiros**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

BOURDIEU, P. **O poder sibólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 25 p.

EDITORIAL. O Costume fa's as leis. **Getulino**, Campinas, 1923.

FERRARA, L. D. **Leitura sem palavras**. São Paulo: Ática, 2000.

FERRARA, M. N. **A imprensa negra paulista (1915-1963)**. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2004.

GETULINO. Editorial. **Getulino**, Campinas, 29 julho 1923. 01.

GETULINO. Editorial. **Getilino**, Campinas, 29 julho 1923. 01.

GUEDES, L. O costume fa´s leis. **Getulino**, Campinas, 08 março 1924. 01.

IANNONE, C. A. A obra de Luís Gama. In: GAMA, L. G. P. D. **Trovas Burlescas - Texto integral**. Obras imortais da nossa literatura. ed. São Paulo: Editora Três, v. 47, 1981. Cap. 01, p. 9-14.

LAPA, J. R. D. A. **A cidade:** os cantos e os antros. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. 275 p.

LIMA, S. B. D. Os jardins de Campinas: o surgimento de uma nova cidade (1850-1935), Campinas, v. 5, 2012. ISSN 4. Disponivel em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/639/615>. Acesso em: 14 junho 2016.

LUPERNAS. Liberdade tolhida. **Getulino**, Campinas, 23 março 1924. 02.

LUPERNAS. Liberdade tolhida. **Getulino**, Campinas, 23 março 1924. 2.

MARQUES, J. A. A carestia: o povo sofre. **Getulino**, Campinas, 06 abril 1924. 01.

MARQUES, J. A. A carestia: o povo sofre. **Getulino**, Campinas, 06 abril 1924. 01.

MARQUES, J. A. J. Tio Chiquinho. **Getulino**, Campinas, 23 dezembro 1923. 01.

MARTINS, V. Nos arredores do Mercado Grande: mudança urbana e agitação social em Campinas na segunda metade do século XIX. **Oculum Ensaios**, v. 2, n. 2, 2013. Disponivel em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/viewFile/1736/1677>. Acesso em: 22 abril 2016.

MORAES, G. D. Antes assim. **Getulino**, Campinas, 24 agosto 1924. 01.

MOREIRA, R. J.; LEITE, J. C. Movimentos Sociais no meio negro. In: FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Globo, v. 2, 2008. p. 22.

ORLANDI, E. P. **Cidade dos Sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

RAMA, A. **Cidade das letras**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SOUZA, P. Espaços interditados e efeitos-sujeitos na cidade. In: ORLANDI, E. P. **Cidade Atravessada:** os sentidos públicos no espaço urbano. Campinas: Pontes, 2001. p. 71-81.

SPOSITO, E. S. **A vida nas cidades**. São Paulo: Contexto, 1996.

VILAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Estudio Nobel; FAPEP; Lincon Institute, 1998.